

I Debate Nacional sobre o Futuro da Europa

O projecto *Debate público sobre o futuro da Europa*, lançado e coordenado pelo IEEI, pretendeu ser a base da discussão em Portugal sobre o processo de reforma da integração europeia, envolvendo individualidades e instituições cuja actividade tivesse uma dimensão europeia. Salientaram-se, nomeadamente, as instituições de ensino superior onde existiam departamentos de estudos europeus e/ou de relações internacionais que acompanhavam de forma sistemática o processo de integração europeia. Tendo em conta que as questões europeias afectam um número muito significativo de grupos sociais, o projecto contou igualmente com instituições da sociedade civil, nomeadamente associações empresariais, organizações não-governamentais, centros de investigação e comunicação social. Para além destas instituições, foram convidados a participar nas actividades do projecto outros centros universitários, organizações sindicais e associações empresariais, bem como todas as cátedras Jean Monnet.

Outro objectivo central do projecto foi promover a descentralização do debate europeu em Portugal, ou seja, garantir que as iniciativas organizadas no âmbito do projecto contassem com a participação activa de personalidades da sociedade civil de várias cidades portuguesas, cujos pontos de vista teriam de outra forma dificuldade em atingir uma dimensão nacional. O projecto pretendeu ainda servir de ponte entre os trabalhos da Convenção e as discussões a nível nacional dos temas da reforma da UE. Para tal, procurou envolver-se nas diversas iniciativas do projecto membros da Convenção, nacionais e estrangeiros, possibilitando um diálogo útil para as duas partes.

Estrutura e calendário do projecto

Seminários regionais

A duração do projecto foi de nove meses, entre Outubro de 2002 e Junho de 2003. Ao longo deste período foram organizados sete seminários, que tiveram lugar em quatro cidades diferentes. As cidades escolhidas correspondem aos pólos regionais mais importantes do país, mas para cada seminário pretendeu-se garantir a participação de personalidades de cidades vizinhas. Estes seminários regionais foram dedicados a diferentes temáticas, consideradas pela Comissão Organizadora como os grandes temas abordados no processo de reforma. Os destinatários destes seminários variaram consoante o local e a temática do seminário. Alguns dos eventos contaram essencialmente com a participação de elementos do meio universitário (professores e estudantes), enquanto outros foram mais orientados para outros sectores da sociedade (associações económicas, organizações sindicais, entre outras). Os debates públicos foram organizados pelas instituições que demonstraram interesse em integrar o projecto, contando, sempre que foi necessário, com a colaboração do IEEI. Para cada um dos seminários locais, o IEEI preparou documentos de enquadramento (*background papers*) das temáticas em questão para orientar o sentido das discussões e proporcionar a todos os interessados um mais amplo conhecimento das questões. O conteúdo dos *background papers* resultou em parte das reuniões organizadas no âmbito do Grupo de Reflexão sobre o Alargamento e Reforma Institucional (GRARI).

Congresso

A culminar os trabalhos desenvolvidos no âmbito do projecto, teve lugar nos dias 7 e 8 de Março de 2002, na Fundação Calouste Gulbenkian, um Congresso. O Congresso

contou com a presença de todas as personalidades que, de uma ou outra forma, colaboraram na realização dos seminários regionais; com personalidades de diversas áreas da sociedade civil interessadas pelas questões europeias e com os membros portugueses da Convenção. No âmbito do Congresso foram criados grupos de trabalho que abordaram as principais temáticas do processo de reforma. No segundo dia do Congresso tiveram lugar sessões plenárias onde os relatores dos grupos de trabalho apresentaram as conclusões e as recomendações à Convenção. Finalmente, e para encerrar os trabalhos, fez-se, na presença dos membros portugueses da Convenção, uma síntese das recomendações para as diversas áreas temáticas. A [síntese final](#) constituiu um texto de propostas sobre o futuro da construção europeia.

Divulgação e publicação

A divulgação dos seminários regionais e do Congresso final foi assegurada pelo *Público*, através de publicidade aos diversos eventos. Durante o período de preparação do Congresso, o *Público* abriu uma secção de artigos de opinião sobre as temáticas do Congresso. Por altura da realização do Congresso, foi publicado um número especial d' *O Mundo em Português* inteiramente dedicado à temática do futuro da Europa. O *site* do IEEI passou a incluir uma secção dedicada ao projecto, que funcionou como um elemento essencial na divulgação de toda a informação relacionada com o projecto, desde o calendário aos *papers* temáticos e relatórios intercalares e final. O *site* incluiu ainda um *forum* de discussão das temáticas relacionadas com o futuro da Europa, bem como *links* para outros *sites* cujo conteúdo fosse relevante para o projecto.

Os temas-eixo do projecto

Os grandes temas à volta dos debates regionais e do Congresso foram, essencialmente, aqueles que foram definidos na Cimeira de Nice de Dezembro de 2000 e confirmados pela declaração de Laeken sobre o futuro da Europa – papel dos parlamentos nacionais; simplificação dos tratados; estatuto da Carta dos Direitos Fundamentais; possibilidade de adopção de uma Constituição para a UE e delimitação de competências para a União. Apresentaram-se assim três grandes temas:

1. *Arquitectura institucional, democracia e cidadania*
2. *O futuro do modelo económico e social europeu – a caminho do governo económico?*
3. *A Europa como actor internacional*

Para além dos três temas-eixo, existiram igualmente temas transversais que enquadraram o debate nas várias áreas. Um desses temas foi o trabalho da Convenção enquanto centro do debate actual acerca do futuro da Europa. Por outro lado, o alargamento da União aos candidatos do Centro e Leste europeus teve implicações óbvias sobre cada um dos temas referidos. De certa forma, os trabalhos do projecto permitiram tirar conclusões acerca das varias dimensões do alargamento e do impacto deste sobre os vários domínios de cooperação.

Arquitectura institucional, democracia e cidadania

As reformas dos Tratados (1996, 2000), levadas a cabo em grande medida com o objectivo de preparar a União Europeia para o alargamento aos candidatos da Europa central e de leste, centraram-se em questões de ordem essencialmente técnica (estrutura

em pilares, sistema de votação, número de comissários e parlamentares europeus por país). Tendo em conta a centralidade do debate em torno da legitimidade do processo de integração, a discussão não poderia evitar uma discussão profunda sobre, por um lado, o modelo que mais se adequava a uma União com o dobro dos membros e, por outro, como garantir que as soluções encontradas iriam no sentido de criação de uma democracia à escala europeia. No âmbito desta discussão, um dos aspectos fulcrais foi o da reforma institucional, não da forma como esta tinha sido abordada nas CIGs anteriores, mas antes com vista a compreender que instituições eram mais adequadas para as competências da União. Por outro lado, interessava também incluir no projecto uma discussão acerca da governança e democracia europeias, com o objectivo de saber até que ponto a integração europeia constituía o embrião de uma democracia supranacional e de que forma os vários modelos institucionais constituíam uma resposta a este problema. Os avanços e a prioridade da área da justiça e assuntos internos foram igualmente tidos em consideração no debate sobre o modelo político europeu.

O futuro do modelo económico e social europeu – a caminho do governo económico?

A União Económica e Monetária, mas também a formulação de esquemas de cooperação nos domínios da economia e do emprego – sinais de uma determinada tendência no processo de integração – conduziu muitos analistas a considerar que se está gradualmente a evoluir no sentido de criação de um “governo económico” europeu. As implicações que este teria em todo o processo de integração, nomeadamente sobre a reforma do modelo económico e social europeu, mas também sobre o peso internacional da UE, foram questões que o projecto pretendeu também desenvolver. Também focados foram dois aspectos centrais (e ligados entre si) da reforma: o financiamento da União e o futuro da política agrícola comum, uma vez que as decisões tomadas nestes domínios afectam as noções de solidariedade e de coesão no espaço europeu. Para os novos membros, mas também para os “países da coesão”, que ancoraram os seus processos de desenvolvimento socio-económico nas políticas europeias de convergência. O “processo de Lisboa” foi uma temática também abordada pelo projecto, por suscitar questões importantes relacionadas com o modelo económico e social europeu e com reformas que teriam de ser tomadas ao nível dos Estados membros. No contexto português, a “agenda de Lisboa” conjugado com o impacto do alargamento foi objecto de importante reflexão, o que, aliás, justificou um certo número de seminários regionais onde esta temática foi, de uma ou outra forma, abordada.

A Europa como actor internacional

A criação em Maastricht de uma política externa e de segurança comum (PESC) acentuou a dimensão política da integração europeia. Contudo, o balanço de quase uma década de PESC ficou aquém das expectativas. As reformas de funcionamento institucional da PESC nas revisões seguintes dos Tratados e o desenvolvimento gradual da política europeia de segurança e defesa (PESD) foram insuficientes para dotar a UE de uma política externa relevante. Por isso, o momento de reforma implicava a discussão de uma série de temas relacionados com a política externa de segurança e defesa europeias. A identificação das principais razões que levaram ao estado em que se encontrava a PESC e das propostas para uma possível reforma foi uma das tarefas do projecto. Outro aspecto fundamental foi pensar, também neste domínio, as consequências previsíveis do alargamento da UE a países com agendas de política externa bastante diversas. Dentro desta temática, começou-se por discutir o papel da Europa no Mundo, uma vez que sem esta visão seria difícil pensar os objectivos e a ambição de uma política externa comum. Outro aspecto tido em consideração foi o da

especificidade da PESC enquanto instrumento intergovernamental e os efeitos dessa especificidade na coerência de toda a acção externa da União. No debate acerca da acção externa da União, dedicou-se atenção especial à questão da defesa europeia, por se tratar de um domínio onde muitos aspectos se encontravam ainda em aberto. Sobretudo a forma como a política de defesa se deveria articular com as prioridades de política externa, o futuro das relações transatlânticas no domínio da segurança e defesa e o controlo democrático das questões de defesa.